

Três projetos são prioritários

por Maria Helena Tachinardi
de Brasília

Dos 55 acordos, tratados e projetos de lei de interesse da política externa brasileira que tramitam no Congresso, o Itamaraty escolheu três, para os quais está recomendando urgência na aprovação.

Além do projeto de lei 113/93, regulamentando a propriedade industrial (marcas comerciais, patentes e segredos de negócio), são prioritários o protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul, aprovado em Ouro Preto em dezembro do ano passado, e dois protocolos que reformam a Organização dos Estados Americanos (OEA) — o de Washington, de dezembro de 1992, e o de Manágua, de junho de 1993.

Enquanto o protocolo adicional ao Tratado de Assunção não for ratificado pelos quatro sócios, o Mercosul não terá personalidade jurídica, o que tornará difícil qualquer negociação com o Acordo de Livre Comércio da América do Norte

(Nafta) ou com a União Européia (UE). Além disso, o mais novo órgão do Mercosul criado em Ouro Preto, o Fórum Consultivo Econômico e Social, que dará voz aos trabalhadores e empresários, não existirá na prática sem a ratificação das emendas ao Tratado de Assunção.

O governo dá importância à aprovação das reformas da OEA porque elas prevêem a inclusão, entre os princípios e objetivos da entidade, da erradicação da pobreza crítica, o que vem ao encontro da política do governo Cardoso de combate à miséria através do Programa Comunidade Solidária. O protocolo de Washington prevê a suspensão de um país-membro da OEA cujo governante democraticamente eleito seja deposto pela força. Por trás da urgência pedida pelo Itamaraty na aprovação das reformas da OEA está o fato de que com o fim da guerra fria os organismos multilaterais ganharam uma força nova, e é importante que as novidades sejam aprovadas, defendem os diplomatas.